

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SICOOB CENTRAL UNICOOB

31/12/2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2019 da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CENTRAL UNICOOB completou 17 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CENTRAL UNICOOB obteve um resultado de R\$ 423.063,85 antes das destinações, representando um retorno anual de 0,34% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados no Bancoob DTVM somaram R\$ 1.580.338.578,29 . Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 28.509.833,15 líquido de provisão.

4. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do SICOOB CENTRAL UNICOOB era de R\$125.626.998,17 . O quadro de cooperados era composto por 18 filiadadas.

5. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "B" a "C".

6. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da central tem na assembleia geral, que é a reunião de todos as filiadadas, o poder maior de decisão.

A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

Os balanços da central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a central.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho fiscal

Eleito a cada 3 (três) anos em Assembleia Geral Ordinária - AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem por competência, notadamente, fiscalizar a administração da Central e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, analisando de forma sistemática seus atos, validando os balancetes mensais e balanço patrimonial anual da Central e opinando sobre a regularidade das contas e das demonstrações contábeis do exercício social.

8. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL UNICOOB aderiram, em 2019, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na central, assumem o mesmo compromisso.

Agradecimentos

Agradecemos a nossas filiadadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Maringá - PR, 31 de janeiro de 2020.

Conselho de Administração e Diretoria

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em reais)

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB
CNPJ nº 05.036.532/0001-00

Ativo	Notas	31-dez-19	31-dez-18	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31-dez-19	31-dez-18
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	1.253.533,09	1.747.893,78	Relações financeiras	12	1.512.919.013,29	1.748.777.085,19
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	622.684.044,41	894.252.680,15	Outras obrigações	13	84.814.932,96	76.639.369,91
Títulos e valores mobiliários	6	957.654.533,88	931.360.804,56	Obrigações sociais e estatutárias	13.1	4.297.551,86	3.890.133,43
Operações de crédito	7	28.999.827,99	2.500.000,00	Obrigações fiscais e previdenciárias	13.2	1.311.805,56	1.516.248,64
(-) Provisão Operações de crédito	7	(489.994,84)	(55.000,00)	Obrigações diversas	13.3	79.205.575,54	71.232.987,84
Outros créditos	8	7.337.769,56	4.168.758,18				
(-) Provisão para outros créditos	8	(12.000,00)	(3.600,00)				
Outros valores e bens	9	1.040.457,45	1.019.165,75				
Total do ativo circulante		1.618.468.171,54	1.834.990.702,42	Total do passivo circulante		1.597.733.946,25	1.825.416.455,10
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Outros créditos	8	1.480.000,00	1.610.000,00	Obrigações diversas	13.3	50.000,00	7.000,00
(-) Provisão para outros créditos	8	(148.000,00)	(48.300,00)				
Total do realizável a longo prazo		1.332.000,00	1.561.700,00	Total do exigível a longo prazo		50.000,00	7.000,00
Permanente				Patrimônio líquido			
Investimentos	10	94.635.926,95	93.515.115,47	Capital social	15.a	116.791.797,91	103.041.797,91
Imobilizações de uso	11	14.293.105,61	12.178.613,76	Reserva legal	15.b	8.808.663,69	8.787.434,43
(-) Depreciação acumulada	11	(7.175.273,36)	(5.959.120,89)	Sobras do Exercício	15.c	26.536,57	1.232.272,82
Intangível	-	5.317.374,55	4.906.787,11				
(-) Amortização acumulada	-	(3.460.360,87)	(2.708.837,61)				
Total do permanente		103.610.772,88	101.932.557,84	Total do patrimônio líquido		125.626.998,17	113.061.505,16
Total do ativo não circulante		104.942.772,88	103.494.257,84				
Total do ativo		1.723.410.944,42	1.938.484.960,26	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.723.410.944,42	1.938.484.960,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das sobras ou perdas				
(Em reais)				
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB				
CNPJ nº 05.036.532/0001-00				
	Notas	2º Semestre de		
		2019	31-dez-19	31-dez-18
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	-	201.193,48	353.214,52	302.987,95
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	17	<u>46.465.678,32</u>	<u>97.897.929,21</u>	<u>114.155.744,20</u>
		46.666.871,80	98.251.143,73	114.458.732,15
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	<u>(472.994,84)</u>	<u>(543.094,84)</u>	<u>(46.108,04)</u>
		(472.994,84)	(543.094,84)	(46.108,04)
Resultado bruto da intermediação financeira		46.193.876,96	97.708.048,89	114.412.624,11
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços	-	134.750,59	176.099,14	189.925,49
Dispêndios e despesas de pessoal	18	(16.436.945,57)	(29.802.803,88)	(24.368.872,88)
Outros dispêndios e despesas administrativas	19	(9.248.128,89)	(15.845.294,52)	(12.849.028,44)
Dispêndios e despesas tributárias	-	(19.978,04)	(33.252,81)	(32.126,72)
Resultado de participações em coligadas e controladas	20	2.731.500,27	6.347.668,75	11.269.023,75
Outros ingressos e rendas operacionais	21	23.207.815,88	40.764.576,26	29.649.000,40
Outros dispêndios e despesas operacionais	22	<u>(46.426.799,80)</u>	<u>(97.555.032,74)</u>	<u>(113.693.211,55)</u>
		(46.057.785,56)	(95.948.039,80)	(109.835.289,95)
Resultado operacional		136.091,40	1.760.009,09	4.577.334,16
Resultado não operacional				
Receitas não operacionais	-	333.278,11	509.991,11	1.499.635,43
Despesas não operacionais	-	(305,00)	(4.102,52)	(627,35)
	23	<u>332.973,11</u>	<u>505.888,59</u>	<u>1.499.008,08</u>
Resultado antes da tributação e das participações		469.064,51	2.265.897,68	6.076.342,24
Imposto de renda e contribuição social	-	(164.477,53)	(236.842,91)	(641.883,11)
Participação de funcionários	-	(525.403,39)	(1.605.990,92)	(1.991.795,27)
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		(220.816,41)	423.063,85	3.442.663,86
Resultado antes das destinações estatutárias		(220.816,41)	423.063,85	3.442.663,86
F A T E S - Atos não cooperativos	16	-	(369.990,71)	(978.118,22)
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(5.307,31)	(246.454,56)
Reserva Legal	-	-	(21.229,26)	(985.818,26)
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre		(220.816,41)	26.536,57	1.232.272,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
(Em reais)					
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB					
CNPJ nº 05.036.532/0001-00					
	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Capital a Realizar</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2017	94.291.796,50	(470.540,66)	7.801.616,17	2.111.277,89	103.734.149,90
Destinação das sobras exercício anterior					
Em conta centralizada das Cooperativas	-	-	-	(2.111.277,89)	(2.111.277,89)
Integralização/subscrição de capital	8.750.001,41	470.540,66	-	-	9.220.542,07
Sobras ou perdas líquidas	-	-	-	3.442.663,86	3.442.663,86
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	(978.118,22)	(978.118,22)
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(246.454,56)	(246.454,56)
Reserva Legal	-	-	985.818,26	(985.818,26)	-
Saldos em 31/12/2018	103.041.797,91	-	8.787.434,43	1.232.272,82	113.061.505,16
Destinação de sobras exercício anterior					
FATES	-	-	-	(1.232.272,82)	(1.232.272,82)
Integralização/subscrição de capital	13.750.000,00	-	-	-	13.750.000,00
Sobras ou perdas líquidas	-	-	-	423.063,85	423.063,85
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	(369.990,71)	(369.990,71)
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(5.307,31)	(5.307,31)
Reserva Legal	-	-	21.229,26	(21.229,26)	-
Saldos em 31/12/2019	116.791.797,91	-	8.808.663,69	26.536,57	125.626.998,17
Saldos em 30/06/2019	106.791.797,91	-	8.787.434,43	643.880,26	116.223.112,60
Destinação de sobras exercício anterior					
Integralização/subscrição de capital	10.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00
Sobras ou perdas líquidas	-	-	-	(220.816,41)	(220.816,41)
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	-	(369.990,71)	(369.990,71)
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	-	(5.307,31)	(5.307,31)
Reserva Legal	-	-	21.229,26	(21.229,26)	-
Saldos em 31/12/2019	116.791.797,91	-	8.808.663,69	26.536,57	125.626.998,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa			
(Em reais)			
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB			
CNPJ nº 05.036.532/0001-00			
	2º Semestre de	31-dez-19	31-dez-18
	2019		
Atividades operacionais			
Sobras do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	469.064,51	2.265.897,68	4.084.546,97
Ajustes por:			
Provisão para operações de crédito	479.994,84	434.994,84	(5.791,96)
Equivalência Patrimonial	(2.731.500,27)	(6.347.668,75)	794.083,09
Participação no Lucro	(525.403,39)	(1.605.990,92)	-
IRPJ/CSLL	(164.477,53)	(236.842,91)	(641.883,11)
Baixa de Imobilizado	95.174,64	113.256,36	609.618,79
Depreciações e Amortizações	1.324.085,79	2.590.302,16	2.274.590,87
	(1.053.061,41)	(2.786.051,54)	7.115.164,65
Variação nos ativos e passivos			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.575.045,68	271.568.635,74	(18.391.998,93)
Títulos e valores imobiliários	(5.601.934,67)	(26.293.729,32)	(42.249.807,70)
Relações interfinanceiras	(33.011.712,94)	(235.858.071,90)	35.720.225,88
Operações de crédito	(27.999.827,99)	(26.499.827,99)	5.158.392,25
Outros créditos	(2.868.117,05)	(2.930.911,38)	(1.122.209,06)
Outros valores e bens	230.638,34	(21.291,70)	(544.896,30)
Outras obrigações	(5.829.697,37)	8.218.563,05	20.374.338,11
	(20.505.606,00)	(11.816.633,50)	(1.055.955,75)
Caixa gerado nas operações	(21.558.667,41)	(14.602.685,04)	6.059.208,90
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aportes de capital em investimento	13.754.661,18	5.226.857,27	(14.088.323,86)
Aquisições de imobilizações de uso	(882.493,31)	(2.573.206,43)	(1.557.406,90)
Aquisições de ativos intangível e de diferido	(400.065,83)	(525.580,84)	(442.482,77)
Imobilizações em Curso	98.596,14	(162.174,81)	(12.387,63)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	12.570.698,18	1.965.895,19	(16.100.601,16)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	10.000.000,00	13.750.000,00	9.220.542,07
Fates de atos não cooperativos	(369.990,71)	(369.990,71)	(978.118,22)
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	-	-	(2.111.277,89)
FATES - Sobras do exercício	(5.307,31)	(1.237.580,13)	(246.454,56)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	9.624.701,98	12.142.429,16	5.884.691,40
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	636.732,75	(494.360,69)	(4.156.700,86)
No início do período	616.800,34	1.747.893,78	5.904.594,64
No fim do período	1.253.533,09	1.253.533,09	1.747.893,78
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB**, é uma cooperativa central, instituição financeira não bancária, fundada em **07/05/2002**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por intermédio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB** possui instalações para atendimento e suporte às cooperativas filiadas em Maringá – PR.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da central incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.



Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em



aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a central questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da central ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a central tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para



saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a central tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.



Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	1.253.533,09	1.747.893,78

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em dezembro de **2019** e de **2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em operações compromissadas (a)	-	91.246.074,39
Aplicações em depósitos interfinanceiros (b)	622.684.044,41	803.006.605,76
TOTAL	622.684.044,41	894.252.680,15

(a) - Refere-se à aplicação em operação compromissada, lastreada em Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de 99% do CDI e com conversibilidade imediata em caixa.

(b) - Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Bancoob com remuneração entre 96% e 101% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas centrais.

Em **31 de Dezembro de 2019** e de **2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Título de renda fixa	685.968.388,22	662.129.610,78
Cotas de fundos de investimento	271.686.145,66	269.231.193,78
Total	957.654.533,88	931.360.804,56

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Títulos públicos Federais e em Letras Financeiras - LF. Quanto à participação das Filiadas no rendimento obtido pela média dos recursos mantidos na Centralização Financeira, informamos que a carteira livre foi de 100,82% do CDI e a carteira bloqueada foi de 100,19% do CDI.

(i) Classificação das carteiras dos fundos:

Descrição da carteira	CNPJ	Percentual
Bancoob centralização fundo de investimento -renda fixa – crédito privado	06.192.758/0001-55	100,00
Operações compromissadas – LFT	700.703.728,50	43,88
Títulos públicos federais – LFT	896.849.557,28	56,16
Valores a pagar	(659.465,50)	(0,041)
Disponibilidades	8.350,28	0,0001



Descrição da carteira	CNPJ	Percentual
Valores a receber	811,16	0,001
BB Renda fixa longo prazo corporativo 10 milhões	04.061.079/0001-11	100,00
<i>Cotas de fundos</i>	10.430.452.570,89	100,0001
Valores a pagar	(997.866,22)	(0,009)
<i>BB Top RF arrojado FI RF LP</i>	03.389.374/0001-39	100,00
Operações compromissadas - títulos públicos	11.046.065.870,07	29,86
Depósitos a prazo e outros títulos de IF	9.775.782.162,52	26,43
Títulos públicos	11.390.575.601,63	30,79
Debêntures	4.038.226.39,08	1,09
Cotas de fundo	597.900.107,89	1,62
Títulos de crédito privado	109.919.352,95	0,30
Outros valores mobiliários registrado na CVM objeto de oferta pública	33.709.091,18	0,09
Valores a pagar	(496.555,58)	(0,0013)
Mercado Futuro – Posições compradas	11.412,00	0,00003
Disponibilidades	6.733,55	0,00002
Valores a receber	922,32	< 0,00001
Sicoob institucional FI RF crédito privado	14.702.111/0001-54	100,00
Depósitos a prazo e outros títulos de IF	1.459.144.774,19	99,44
Operações compromissadas – LFT	8.414.186,23	0,57
Valores a pagar	(159.660,50)	(0,01)
Disponibilidades	11.704,74	0,0008
Valores a receber	811,16	0,0001
FIC caixa sigma referenciado DI LP	10.731.794/0001-17	100,00
Cotas de fundos	-	-
Valores a pagar	-	-
<i>FI caixa máster conservador REF DI LP</i>	05.164.375/0001-00	-
Operações compromissadas	-	-
Títulos públicos	-	-
Bradesco empresas fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos	07.192.409/0001-04	100,00
Cotas de fundos	9.617.758.099,70	100,02
Valores a pagar	(2.390.483,45)	(0,02)
Valores a receber	648,11	< 0,00001
Disponibilidades	500,00	< 0,00001
<i>Bram fundo de investimento renda fixa preferenciado DI coral</i>	15.675.431/0001-25	100,00
Operações compromissadas	11.504.197.418,89	24,24
Títulos públicos	16.841.716.917,80	35,48
Depósitos a prazo e outros títulos de IF	11.043.774.912,68	23,27
Debêntures	6.391.015.144,44	13,46
Títulos de crédito privado	1.453.019.428,02	3,06
Cotas de fundo	234.215.791,53	0,49

(ii) Classificação dos títulos por emissor:

Emissor	Tipo do Título	31/12/2019	31/12/2018
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob centralização	FI	81.239.340,68	104.270.299,07
Banco Cooperativo do Brasil S.A – Institucional	FI	150.547.636,54	127.189.672,78
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Unicoob	FI	-	-
Banco do Brasil	FI	31.383.215,02	29.612.998,67
Banco CEF	FI	-	100.580,74
Banco Bradesco	FI	8.515.953,42	8.057.642,52
Banco Bradesco	LF	10.468.218,50	12.017.236,89
Sistema Tesouro Nacional	LFT	586.560.298,45	547.421.945,90
Banco BNP Pariba	LF	13.548.577,92	12.763.344,72
Banco Santander	LF	-	6.551.500,35
Banco Credit Agricole	LF	-	5.741.412,95



Emissor	Tipo do Título	31/12/2019	31/12/2018
Banco Safra	LF	11.150.090,20	13.838.254,85
Banco Itaú	LF	10.349.773,13	-
Banco Credit Suisse	LF	11.157.088,76	10.510.780,28
Banco Daycoval	LF	14.247.029,94	13.394.118,66
Banco Alfa	LF	14.236.597,18	13.397.892,56
Banco ABC Brasil	LF	14.250.714,14	13.409.234,80
Votorantim	LF	-	13.083.888,82
Total		957.654.533,88	931.360.804,56

LFT – Letras financeiras do tesouro

LF – Letras financeiras

FI – Cotas de fundo de investimento

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	28.999.827,99	-	28.999.827,99	2.500.000,00
(-) Provisões para Operações de Crédito	(489.994,84)	-	(489.994,84)	(55.000,00)
TOTAL	28.509.833,15	-	28.509.833,15	2.445.000,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
B	1%	Normal	19.000.000,00	19.000.000,00	(190.000,00)	1.000.000,00	(10.000,00)
C	3%	Normal	9.999.827,99	9.999.827,99	(299.994,84)	1.500.000,00	(45.000,00)
Total Normal			28.999.827,99	28.999.827,99	(489.994,84)	2.500.000,00	(55.000,00)
Total Geral			28.999.827,99	28.999.827,99	(489.994,84)	2.500.000,00	(55.000,00)
Provisões			(489.994,84)	(489.994,84)		(55.000,00)	
Total Líquido			29.509.833,15	28.509.833,15		2.445.000,00	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	-	28.999.827,99	-	28.999.827,99
TOTAL	-	28.999.827,99	-	28.999.827,99

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2019	% da Carteira
Outros	-	28.999.827,99	-	28.999.827,99	100%
TOTAL	-	28.999.827,99	-	28.999.827,99	100%



e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	55.000,00	60.791,96
Constituições	922.989,17	372.583,92
Reversões	(487.994,33)	(378.375,88)
TOTAL	489.994,84	55.000,00

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	10.000.000,00	34,00%	1.500.000,00	60,00%
10 Maiores Devedores	28.999.827,99	100,00%	2.500.000,00	100,00%
50 Maiores Devedores	28.999.827,99	100,00%	2.500.000,00	100,00%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e antecipações salariais	19.333,52	-	101.788,97	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	247.850,37	-	84.218,67	-
Devedores por compra de valores e bens (a)	120.000,00	1.480.000,00	120.000,00	1.610.000,00
Devedores por depósitos em garantia	20.270,27	-	3.224,57	-
Impostos e contribuições a compensar (b)	938.434,74	-	1.667.201,89	-
Imposto de renda a recuperar	1.222,87	-	473,40	-
Pagamentos a ressarcir	3.161.669,49	-	86.092,51	-
Pendências	2.410,52	-	49.629,13	-
Cooperativas filiadas (c)	2.826.577,78		2.056.129,04	
(-) Provisões para outros créditos	(12.000,00)	(148.000,00)	(3.600,00)	(48.300,00)
TOTAL	7.325.769,56	1.332.000,00	4.165.158,18	1.561.700,00

(a) Refere-se a venda do imóvel da antiga regional do Pará. A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não circulante	Total	
Outros Créditos	120.000,00	1.480.000,00	1.600.000,00	1.730.000,00
(-) Provisões para outros créditos (c)	(12.000,00)	(148.000,00)	(160.000,00)	(51.900,00)
Total	108.000,00	1.332.000,00	1.440.000,00	1.678.100,00

(b) Impostos a compensar, refere-se a valores recolhidos antecipadamente, os quais no final do exercício constatou-se, base de apuração negativo.

(c) Cooperativas filiadas, refere-se a valores a receber das cooperativas filiadas inerentes ao rateio das despesas da Central, e valor pagos por esta que devem ser apropriados na despesa das singulares.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material em estoque	215.084,56	208.621,01
Despesas antecipadas (a)	825.372,89	810.544,74
Total	1.040.457,45	1.019.165,75



(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, licença de software e IPTU.

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bancoob (a)	36.419.117,92	31.747.916,49
Sicoob confederação (a)	21.680.998,41	21.740.105,93
Corretora de seguros Unicoob (b)	1.732.022,24	1.617.042,04
Administradora de Consórcio Unicoob (b)	8.056.225,15	5.893.540,98
CNAC (a)	428.236,97	307.634,49
Gestão de Ativos (b)	24.827,70	29.029,15
Sancor Seguros (b)	26.294.498,56	32.179.846,39
TOTAL	94.635.926,95	93.515.115,47

a) Variação decorrente a integralização de capital, em detrimento a distribuição das sobras do exercício anterior.

Bancoob	31/12/2019	31/12/2018
Capital inicial	31.747.916,49	28.186.509,02
Integralização	4.671.201,43	3.561.407,47
Total	36.419.117,92	31.747.916,49

Sicoob Confederação	31/12/2019	31/12/2018
Capital inicial	21.740.105,93	21.316.530,03
Integralização	23.105,57	419.281,90
Reclassificação (*)	(82.213,09)	4.294,00
Total	21.680.998,41	21.740.105,93

(*) Realizado lançamento na participação da Confederação de anos anteriores conforme extrato de participação enviado pela confederação.

CNAC – Conf. Nacional de Auditoria Cooperativa	31/12/2019	31/12/2018
Capital inicial	307.634,49	200.000,00
Integralização	106.602,48	107.634,49
Reclassificação (*)	14.000,00	-
Total	428.236,97	307.634,49

(*) Realizado lançamento de participação da CNAC de anos anteriores conforme extrato de participação enviado pela CNAC.

b) Variação decorrente do cálculo de equivalência patrimonial conforme Art. 248 da Lei 6.404 de 1976, alterado pela Lei 11.638 de 2007.

Corretora de seguros Unicoob	31/12/2019	31/12/2018
Capital inicial	1.617.042,04	1.173.337,19
Equivalência patrimonial	19.784.304,52	14.510.181,78
Reclassificação (*)	-	12.500,00
Repasse Corretora	(19.669.324,32)	(14.078.976,93)
Total	1.732.022,24	1.617.042,04

(*) Realizada reclassificação da participação da Cnac para participação da corretora referente a lançamento indevido em 2017, a reclassificação não alterou o saldo do grupo investimentos.

Sancor seguros	31/12/2019	31/12/2018
Capital inicial	32.179.846,39	25.018.058,54
Integralização	3.750.000,00	10.000.000,00
Equivalência patrimonial	(9.635.347,83)	(2.838.212,15)
Total	26.294.498,56	32.179.846,39

Administradora de consorcio Unicoob	31/12/2019	31/12/2018
Capital inicial	5.893.540,98	4.276.120,18
Equivalência patrimonial	2.162.684,17	1.617.420,80
Total	8.056.225,15	5.893.540,98



Gestão de ativos	31/12/2019	31/12/2018
Capital inicial	29.029,15	33.525,74
Equivalência patrimonial	(4.201,45)	(2.510,68)
Total	24.827,70	29.029,15

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	-	1.690,00
Imobilizado em Curso (a)	-	262.841,56	98.976,75
Instalações	10%	4.109.989,55	4.148.454,05
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(2.174.399,65)	(1.889.886,05)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.346.552,40	1.955.739,17
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(949.143,91)	(916.748,48)
Sistema de Comunicação	20%	135.167,88	107.218,64
Sistema de Processamento de Dados	20%	6.997.273,96	5.442.349,21
Sistema de Segurança	10%	122.722,76	146.002,76
Sistema de Transporte	20%	318.557,50	278.183,18
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-	(4.051.729,80)	(3.152.486,36)
TOTAL		7.117.832,25	6.219.492,87

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e/ou desenvolvimento de softwares com efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas/amortizadas. Estão basicamente em andamento o desenvolvimento de softwares de processos para melhorias e automatização de atividades operacionais.

12. Relações Interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sicoob Metropolitano	615.794.340,12	644.209.850,86
Sicoob Meridional	122.135.015,15	172.187.303,26
Sicoob Ouro Verde	56.709.628,17	121.379.536,40
Sicoob Sul	90.640.033,88	118.842.593,31
Sicoob Credicapital	80.837.225,81	101.028.360,28
Sicoob Aliança	102.906.480,00	95.159.489,81
Sicoob Arenito	55.891.465,14	88.114.430,92
Sicoob Três Fronteiras	46.479.214,29	76.316.100,28
Sicoob Vale Sul	38.199.210,88	75.689.137,79
Sicoob Integrado	9.807.319,09	55.352.086,55
Sicoob Ouro Branco	75.276.278,12	43.859.887,48
Sicoob Horizonte	52.807.954,83	35.938.045,95
Sicoob Coimppa	28.355.109,40	33.572.140,25
Sicoob Marechal	13.609.981,77	30.746.493,56
Sicoob Médio Oeste	30.417.026,96	25.947.113,93
Sicoob Amapá - (*)	-	11.224.096,46
Sicoob Cooesa	16.820.290,69	9.124.905,99
Sicoob Unidas	5.637.532,76	5.175.570,67
Sicoob Transamazônica	70.594.906,23	4.909.941,44
Total	1.512.919.013,29	1.748.777.085,19

(*) O Sicoob Amapá foi incorporado pelo Sicoob Ouro Verde no ano de 2019.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis,



conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	615.794.340,12	41,00%	644.209.850,86	37,00%
10 Maiores Depositantes	1.323.593.327,45	87,00%	1.548.278.889,46	89,00%
50 Maiores Depositantes	1.512.919.013,29	100,00%	1.748.777.085,19	100,00%

13. Outras Obrigações

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de assistência técnica, educacional e social (a)	1.243.802,87	668.003,82
Gratificações e participações a pagar (b)	1.705.640,06	2.244.011,39
Resultado de atos com não associados	1.348.108,93	978.118,22
Total	4.297.551,86	3.890.133,43

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência às filiadas e empregados da central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se à remuneração variável a ser paga aos colaboradores por atingimento de metas de negócios e orçamentárias, previsto em acordo coletivo.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	224.660,66	641.487,91
Impostos e contribuições a recolher (a)	1.087.144,90	874.760,73
Total	1.311.805,56	1.516.248,64

a) Refere-se a valores a serem recolhidos a título de impostos sobre serviços tomados de terceiros e remuneração de colaboradores;

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	80.872,40	56.307,66
Impostos e contribuições sobre salários	1.005.953,71	814.168,19
Outros (PIS e COFNS faturamento a recolher)	318,79	4.284,88
Total	1.087.144,90	874.760,43

13.3 Diversas

Circulante

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por aquisição de bens e direitos	284.396,66	357.556,08
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	205,54	440,84
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	5.141.007,36	2.984.173,41
Provisão para garantias financeiras prestadas (b)	382,67	14.114,05
Credores diversos – país (c)	73.779.583,31	67.876.703,46
Total	79.205.575,54	71.232.987,84

Exigível a longo prazo

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para passivos contingentes – (NOTA 29)	50.000,00	7.000,00
Total	50.000,00	7.000,00

Total Geral	79.255.575,54	71.239.987,84
--------------------	----------------------	----------------------

a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com aquisição de bens, despesas de pessoal, outras despesas administrativas e credores diversos.

b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a central é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 382,67 (R\$ 14.114,05 em 31/12/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

c) Credores diversos - País é composto pelos valores com maior representatividade conforme:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Pendências a regularizar	2.307,91	124.127,82
Crédito filiadas (I)	11.415.210,60	12.544.210,08
Pagamentos a processar (II)	4.378.857,45	3.708.460,25
Crédito de terceiros (FAP) (III)	32.851.937,72	33.429.745,47
Fundo garantidor depósitos (IV)	20.653.050,13	14.667.301,16
Fundo garantidor valores (V)	3.968.527,92	3.402.858,68
Fundo desenvolvimento cooperativo (VI)	509.691,58	-
Total	73.779.583,31	67.876.703,46

I) Crédito filiadas refere-se a crédito a repassar para as cooperativas filiadas, decorrente a centralização financeira, o qual a central repassa o valor recebido a título de rendimento de aplicação.

II) Pagamentos a processar refere-se a valores pertinentes aos fundos contábeis de comunicação e marketing”.

III) Crédito de terceiros é pertinente a saldo do fundo contábil “fundo de amparo ao PAC - FAP.

IV) Fundo garantidor de depósitos - fundo de desenvolvimento do sistema Sicoob.

V) Fundo garantidor de valores - fundo mútuo de valores.

VI) Fundo desenvolvimento cooperativo – FDC.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, a central não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por suas filiadas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a central aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.750.000,00 com recursos provenientes da integralização de capital para adequação do Capital Mínimo Exigido.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	116.791.797,91	103.041.797,91
Associados	18	19

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras do exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/02/2019, os cooperados deliberaram pela destinação de 100% da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de R\$ 1.232.272,82, para FATES.

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	176.099,14	189.925,49
Despesas específicas de atos não cooperativos	(16.996,40)	(18.376,91)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(58.157,71)	(50.555,33)
Resultado operacional	100.945,03	120.993,25
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas – (NOTA 23)	505.888,59	1.499.008,08
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	606.833,62	1.620.001,33
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	369.990,71	978.118,22

17. Receita de operações de crédito, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas	4.088.050,66	921.962,69
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	39.025.754,16	59.425.469,48
Rendas de títulos de renda fixa	54.803.541,12	53.836.823,11
Prejuízo com títulos de renda fixa	(19.416,73)	(28.511,08)
Total	97.897.929,21	114.155.744,20

18. Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(102.841,98)	(115.374,48)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.487.876,98)	(2.564.772,18)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(6.501.407,28)	(4.549.464,83)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(5.702.703,03)	(4.796.905,60)
Despesas de Pessoal – Proventos	(14.621.782,86)	(12.079.904,43)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(340.850,03)	(233.485,21)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(45.341,72)	(28.966,15)
TOTAL	(29.802.803,88)	(24.368.872,88)

19. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(382.307,31)	(335.242,07)
Despesas de Aluguéis	(479.580,54)	(397.705,91)
Despesas de Comunicações	(976.186,48)	(777.742,16)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(261.856,04)	(217.342,00)
Despesas de Material	(190.308,55)	(132.982,72)
Despesas de Processamento de Dados	(2.828.137,87)	(2.181.866,56)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(823.875,50)	(683.239,54)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(52.619,67)	(51.118,11)
Despesas de Publicações	(17.652,00)	(5.590,80)
Despesas de Seguros	(157.868,70)	(124.243,85)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(9.052,03)	(12.014,34)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.524.985,42)	(1.523.215,07)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(150.275,02)	(98.447,09)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(412.941,57)	(462.227,95)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(122.830,32)	(143.516,70)
Despesas de Viagem ao Exterior	(411.924,32)	(3.505,65)
Despesas de Viagem no País	(1.563.038,70)	(1.436.571,13)
Despesas de Amortização	(866.516,66)	(798.547,32)
Despesas de Depreciação	(1.837.041,86)	(1.484.716,11)
Outras Despesas Administrativas (a)	(717.129,14)	(1.204.879,22)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2.266,70)	(18.999,22)
Contribuição a OCE	(28.170,60)	(23.574,30)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(1.014.213,39)	(731.740,62)
Despesas de provisões passivas	(14.516,13)	-
TOTAL	(15.845.294,52)	(12.849.028,44)

a) Outras despesas administrativas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Livros jornais e revistas	(25.871,85)	(24.182,59)
Condomínio	(132.468,04)	(107.787,28)
Contribuição sindical patronal	(32.673,84)	(38.998,19)
Copa/cozinha	(96.876,48)	(64.994,18)
Lanches e refeições	(198.921,94)	(134.291,26)
Uniformes e vestuários	(26.995,35)	(57.804,88)
Taxas da junta comercial	(392,15)	(1.632,80)
Impostos e Taxas	(2.332,60)	(136,00)
Marcas e Patentes	(2.280,00)	-
Medicamentos	-	(11.167,71)
Mensalidades diversas	(168.748,03)	(736.156,40)
Microfilmagem de documentos	(26.264,70)	(27.727,93)
Outras Despesas Administrativas	(3.304,16)	-
Total	(717.129,14)	(1.204.879,22)



20. Resultado de participações em coligadas e controladas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Unicoob Corretora	13.824.533,86	12.506.811,69
Unicoob Consórcio	2.162.684,17	1.617.420,80
Gestão de Ativos	(4.201,45)	(16.996,59)
Sancor Seguros	(9.635.347,83)	(2.838.212,15)
Total	6.347.668,75	11.269.023,75

21. Outros ingressos e rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas	540.841,51	147.217,37
Rendas de créditos específicos	14.251,93	191.775,97
Dividendos	4.669.067,97	-
Rateio de despesas da central entre filiadas	29.194.733,88	23.150.744,78
Outras rendas operacionais	6.345.680,97	6.159.262,28
Total	40.764.576,26	29.649.000,40

22. Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração centralização financeira – Cooperativas	(89.773.168,78)	(107.512.332,31)
Remuneração centralização financeira – Fundos	(5.440.795,71)	(4.079.192,21)
Outras	(2.340.547,70)	(2.074.368,16)
Provisões garantias financeiras prestadas	(520,55)	(27.318,87)
Total	(97.555.032,74)	(113.693.211,55)

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	120.106,76	1.243.381,14
Ganhos de Capital	50,00	-
Outras Rendas não Operacionais	389.834,35	256.254,29
(-) Outras Despesas não Operacionais	(4.102,52)	(627,35)
Resultado Líquido	505.888,59	1.499.008,08

24. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente ao passivo relacionado com a Centralização Financeira das cooperativas conforme demonstrado nas letras (a) e (b) dessa nota.

a) Remuneração da centralização financeira

As cooperativas singulares recebem mensalmente da Sicoob Central Unicoob, a remuneração proveniente dos recursos mantidos na Centralização Financeira. Esses recursos são aplicados em Fundos de Investimento e Títulos do Governo e a remuneração é rateada entre as cooperativas filiadas à Central com base no saldo médio mensal mantido na Centralização Financeira.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sicoob Metropolitano	36.057.098,17	38.943.172,17
Sicoob Vale do Iguaçu	3.975.002,23	4.518.259,89
Sicoob Três Fronteiras	3.227.948,31	4.128.033,46
Sicoob Meridional	9.420.394,96	10.804.459,23
Sicoob Norte PR	5.518.234,79	8.789.030,51
Sicoob Noroeste do PR	2.987.681,60	3.782.513,34
Sicoob Sul	5.535.560,61	7.336.273,96
Sicoob Credicapital	3.662.045,97	7.527.734,94
Sicoob Aliança	6.722.960,76	7.163.227,77
Sicoob Arenito	4.032.357,16	4.455.481,28



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sicoob Marechal	1.197.478,95	1.674.292,82
Sicoob Integrado	4.015.457,74	3.443.974,59
Sicoob Horizonte	2.346.057,59	2.633.723,38
Sicoob Médio Oeste	1.598.225,06	1.412.184,73
Sicoob Credempresas (Amapá) – (*)	106.836,62	492.660,86
Sicoob Cooesa	718.241,58	402.608,36
Sicoob Unidas	311.858,99	349.663,29
Sicoob Coimppa	1.471.500,23	1.893.299,59
Sicoob Transamazônica	401.370,65	321.972,26
Fundo de Ampara ao PAC	2.104.594,49	1.500.034,49
Fundo de Comunicação e Marketing	226.066,99	169.500,83
Fundo de Valores	212.373,64	160.907,42
Fundo de Desenvolvimento Cooperativo	19.693,10	-
Fundo de Desenvolvimento Sicoob	1.069.696,57	851.390,24
Total	96.938.736,76	112.754.399,41

(*) O Sicoob Amapá foi incorporado pelo Sicoob Ouro Verde no ano de 2019.

b) Rateio das despesas

As despesas da Central são rateadas mensalmente para as cooperativas filiadas e conveniadas de acordo com os critérios abaixo:

I) Despesas de pessoal alocáveis - o valor total dos custos com pessoal é dividido de acordo com os indicadores preestabelecidos.

II) Despesas fixas e de diretoria - divididas em partes iguais para as cooperativas, considerando-se quantidade de singulares.

III) Demais despesas não alocáveis - as despesas não alocáveis vão compor o valor global, sendo rateadas pelo critério de 50% proporcional aos recursos administrados e 50% pela carteira de crédito.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sicoob Metropolitano	4.492.040,34	3.609.058,89
Sicoob Vale Sul	1.814.728,96	1.403.494,58
Sicoob Três Fronteiras	1.143.400,78	1.035.697,12
Sicoob Meridional	1.986.351,29	1.466.207,44
Sicoob Ouro Verde	3.872.726,18	2.905.821,59
Sicoob Ouro Branco	1.455.107,03	1.054.036,03
Sicoob Sul	2.552.333,50	2.069.434,15
Sicoob Credicapital	2.328.690,09	1.839.812,39
Sicoob Aliança	1.419.877,36	1.216.571,88
Sicoob Arenito	1.021.984,25	833.501,69
Sicoob Marechal	756.076,49	618.481,59
Sicoob Integrado	1.761.995,45	1.091.216,05
Sicoob Horizonte	1.133.704,66	962.290,54
Sicoob Médio Oeste	625.077,47	615.104,65
Sicoob Crê Empresas	17.238,88	451.573,98
Sicoob Cooesa	638.613,37	482.949,88
Sicoob Unidas	616.970,37	585.551,04
Sicoob Coimppa	344.707,52	551.625,22
Sicoob Transamazônica	818.239,96	229.937,79
Unicoob Consórcios	121.445,51	51.400,87
Unicoob Corretora de Seguros	204.574,62	72.162,18
Unicoob Gestão de Ativos	638,66	121,84
Unicoob FGL	505,62	360,44
Instituto Sicoob	1.407,37	4.332,94
Sicoob Rio (Conveniada)	38.262,94	-
Sicoob Crediacil (Conveniada)	28.035,21	-
Total	29.194.733,89	23.150.744,78



c) Recebimento de distribuição de sobras

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Distribuição de sobras Sicoob Confederação	23.105,57	423.575,90
Distribuição de sobras Bancoob	4.669.067,97	3.561.407,47
Total	4.692.173,54	3.984.983,37

d) Remuneração de partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida por pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da central, inclusive diretores e executivos da mesma. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela central ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Honorários Conselho de Administração	(1.522.555,50)	(1.261.081,20)
Cédulas de presença Conselho de Administração	(317.814,02)	(278.451,87)
Gratificações Diretoria	(126.542,12)	(387.652,35)
13º Salário Diretoria	(142.823,41)	(105.090,12)
Outras despesas - Conselho de Administração	(494.582,97)	(532.496,64)
INSS	(462.036,92)	(419.675,90)
Total	(3.066.354,94)	(2.984.448,08)

25. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. Seguros contratados – Não auditado

A central adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. A cooperativa central atende os requisitos e condições estabelecidos nesta Resolução.

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outros	50.000,00	-	7.000,00	-
TOTAL	50.000,00	-	7.000,00	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível.

MARINGÁ-PR, 31 de dezembro de 2019

MARINO DELGADO
DIRETOR PRESIDENTE

FLAVIA RUIZ ANDRIAN
CONTADOR 066542/O-2

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - SICOOB CENTRAL UNICOOB
Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - Sicoob Central Unicoob, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - Sicoob Central Unicoob, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 31 de janeiro de 2020.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador - CRC – MG 075505/O-3

Edimilson Artilha Vieira
Contador - CRC – SP 280575/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Maringá / PR, 5 de fevereiro de 2020

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito Unicoob e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respectivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Com base nos nossos exames e no Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Atenciosamente,

CARLOS EDILSON SANTANA DOS SANTOS

Conselheiro Fiscal

LUCIANO CREMONESE

Conselheiro Fiscal

ROBERTO FERNANDES

Conselheiro Fiscal